



SEF/MG – DOET/SLT

CONSULTA POR TELEFONE Nº 382/2002 – 16/07/2002

PERGUNTA:

- 1) Uma pessoa aposentada pode inscrever-se como Microprodutor Rural na faixa 1?
- 2) Uma ME pede restituição de ICMS sobre diferença de alíquota recolhida a maior. Tendo em vista que não adquire produtos de fora do Estado, essa restituição poderá ser em espécie? Caso contrário, como proceder?
- 3) Se recolhe o FUNDESE, pode-se abater da parcela referente ao mesmo?
- 4) Incide ITCD sobre valor decorrente de restituição de imposto de renda proveniente de aposentadoria? Esta restituição deverá ser juntada ao espólio?

RESPOSTA:

1) Sim. A situação de aposentado não impede que a pessoa física possa se inscrever no Cadastro de Contribuintes, pois aposentadoria não é atividade. Se estiver exercendo ou pretendendo exercer a atividade de produtor rural, deverá efetuar a inscrição na Administração Fazendária a que estiver circunscrito o imóvel.

2) De acordo com o art. 36 da CLTA, qualquer tributo pago indevidamente deverá ser objeto de restituição.

O art. 41 da mesma norma define a forma da restituição, que será sob a forma de crédito, caso o requerente seja contribuinte do ICMS. Por não haver possibilidade de restituição, na forma de crédito ao contribuinte inscrito no Micro Geraes, a restituição deverá ser providenciada em espécie.

Vide CT nº 284/2000 e 346/1999, CC nº 51/99.

3) Não. Parcela de FUNDESE não é tributo. Abate-se tributo com tributos.

4) O ITCD incidirá no recebimento de quantias depositadas em contas bancárias de poupança ou em conta corrente feitas em nome do *de cujus*, conforme estatuído no art. 1º, IX do Decreto nº 38.639 (RITCD) e deverá ser juntada ao espólio.

Vide CT nº 552/2000.

Soraya de Castro Cabral - Assessora

Leticia Pinel Bittencourt - Assessora